



ANAIS

PROGRAMA MÃOS PELA ÁGUA EM BARRETOS (SP)

MARIELE SQUIZATO
marielesqui93@gmail.com
UNESP ILHA SOLTEIRA

JOYCE COSTA HENRIQUE
joyce.henrique@gmail.com
UNESP - FCAV E FATEC BARRETOS

GUILHERME PELEGRINI BRIANEZ
guilhermebrianiez@gmail.com
FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E VETERINÁRIAS

RESUMO: O Projeto Mãos pela Água, desenvolvido em Barretos (SP), é uma iniciativa de governança colaborativa voltada à conservação dos recursos hídricos e à promoção do desenvolvimento territorial sustentável. O projeto reúne produtores rurais, poder público, instituições de ensino e pesquisa, empresas, organizações da sociedade civil e demais atores locais em torno de ações integradas de recuperação e proteção de nascentes, preservação de áreas de recarga hídrica, educação ambiental e incentivo às boas práticas de uso do solo. Sua atuação está fundamentada na compreensão de que a segurança hídrica depende da cooperação entre diferentes setores da sociedade, fortalecendo mecanismos de participação social, corresponsabilidade e gestão compartilhada dos recursos naturais. Além dos benefícios ambientais, o Projeto Mãos pela Água contribui para o fortalecimento do capital social e da governança territorial, promovendo a articulação entre instituições e estimulando a construção de soluções coletivas para os desafios relacionados à disponibilidade e à qualidade da água. A iniciativa demonstra que a sustentabilidade do território resulta da integração entre conservação ambiental, desenvolvimento econômico e inclusão social, gerando impactos positivos para as atividades agropecuárias, para o abastecimento hídrico e para a qualidade de vida da população. Dessa forma, o projeto consolida-se como uma referência regional em ação coletiva e gestão sustentável da água, evidenciando o potencial das parcerias interinstitucionais para ampliar a resiliência socioambiental e assegurar a preservação dos recursos hídricos para as futuras gerações.

PALAVRAS CHAVE: Governança; Segurança hídrica; Cooperação interorganizacional, Desenvolvimento territorial sustentável.

ABSTRACT: The Hands for Water Project, developed in Barretos (São Paulo state), is a collaborative governance initiative aimed at water resource conservation and the promotion of sustainable territorial development. The project brings together rural producers, government bodies, educational and research institutions, companies, civil society organizations, and other local stakeholders to engage in integrated actions—such as the restoration and protection of springs, preservation of water recharge areas, environmental education, and the promotion of best land-use practices. Its work is grounded in the understanding that water security relies on cooperation across different sectors of society, thereby strengthening mechanisms for social participation, shared responsibility, and the joint management of natural resources. Beyond its environmental benefits, the Hands for Water Project contributes to strengthening social capital and territorial governance by fostering coordination among institutions and encouraging the development of collective solutions to challenges regarding water availability and quality. The initiative demonstrates that territorial sustainability stems from integrating environmental conservation, economic development, and social inclusion, generating positive impacts on agricultural activities, water supply, and the population's quality of life. Thus, the project has established itself as a regional benchmark for collective action and sustainable water management, highlighting the potential of inter-institutional partnerships to enhance socio-environmental resilience and ensure the preservation of water resources for future generations.

KEY WORDS: Governance; Water security; Inter-organizational cooperation; Sustainable territorial

development.

1. INTRODUÇÃO

A água deixou de ser tratada apenas como um recurso natural. O estado da arte atual amplia a visão que a segurança hídrica vai muito além de oferta de água. Estudos mostram que a escassez de água é multidimensional e não decorre apenas da disponibilidade física do elemento ou de soluções técnicas (Di Vaio et al., 2021). Fatores como, qualidade, acesso de forma equitativa, proteção dos ecossistemas, gestão de riscos, secas e enchentes, resiliência climática compõe essa visão multidimensional sobre a segurança hídrica.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), trata-se de assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento aos indivíduos e comunidade. No Brasil, inovações e atualizações têm sido introduzidas na análise das oito metas da ODS 6 – Água Limpa e Saneamento, e foram reconhecidas como modelo para diversos países, caracterizando o Brasil com um *Hub* Regional na aplicação da ferramenta SAP-ODS com foco no suporte à tomada de decisão relacionada à ODS citada (Brasil, 2025). Ainda assim, questiona-se se existem ou não modelos de governança que possam ser considerados como sustentáveis (Di Vaio et al., 2021).

A água passa a ser o elemento que impacta e estrutura o desenvolvimento territorial e a sustentabilidade. Desenvolver uma governança estruturada e fortalecida para lidar com esse desafio é fundamental. Di Vaio et al. (2021), em sua revisão de literatura traz 118 estudos sobre os modelos de governança hídrica e desenvolvimento sustentável. Nas análises são enfatizados o envolvimento das partes interessadas, a cooperação e a coordenação como atributos essenciais a serem incorporados pela governança para o atingimento de melhores resultados em prol de todos. Outros fatores que merecem destaque são em relação ao aprimoramento e à necessidade de gestão integrada de recursos hídricos (GIRH) em níveis de territórios locais, e buscando apoio de entidades e profissionais para o desenvolvimento de políticas regionais e nacionais com práticas, soluções e ações integradoras. (Di Vaio et al., 2021).

Localizada no norte do estado de São Paulo, a cidade de Barretos apresenta uma dinâmica urbana e econômica que amplia continuamente a demanda pelos serviços de saneamento e abastecimento público. De acordo com o Plano Municipal Específico dos Serviços de Saneamento Básico (2018), o sistema local de abastecimento envolve diferentes estruturas de captação, tratamento, reserva e distribuição, cuja capacidade operacional necessita acompanhar o crescimento da demanda e a sazonalidade no que tange à disponibilidade de água. Nesse contexto, a segurança hídrica municipal não se limita à existência de mananciais, mas depende da conservação de fontes de abastecimento, do controle de perdas, da adequada capacidade de produção e armazenamento, da educação junto aos munícipes, da manutenção da infraestrutura e do planejamento integrado entre o poder público, os prestadores de serviços e demais atores relacionados à gestão dos recursos hídricos (Barretos, SSRH-CSAN, 2018).

Na evolução histórica, a Estância Turística de Barretos enfrentou um ciclo severo de fortes ausências de abastecimento, especialmente entre os anos de 2014 e 2024, com escassez crítica ano a ano nos períodos de inverno e início de primavera, culminando na grande crise hídrica em 2024, que foi registrado o pior cenário de desabastecimento na cidade, entre os meses de julho e outubro de 2024. A cidade de Barretos enfrentou uma estiagem severa com mais de 160 dias sem chuvas, com decreto municipal de estado de emergência, às vésperas da famosa Festa do Peão de Boiadeiro, onde moradores de áreas mais elevadas ficaram sem água por 5 dias (G1 Ribeirão e Franca, 2024). Em outubro de 2024, ocorreu uma audiência de conciliação ajuizada pela Defensoria Pública em face do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto e Prefeitura Municipal de Barretos, que resultou em um conjunto de medidas acordadas, como instalação de resfriador no poço localizado no Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos – UNIFEB, conclusão de obra do Córrego das Pedras, desassoreamento dos córregos do Capim, do Pitangueiras e da Região dos Lagos, além de

elaboração de um projeto para ampliar a captação de água. Após diversas ações, atividades e investimentos, e a união de várias entidades e indivíduos, consolidou-se a governança do Programa Mãos pela Água. Após vários meses, não se registrou, em 2025, a falta de água e decreto de racionamento. (SAAEB, 2024; Barretos, 2025).

Diante do exposto, o presente estudo visa compreender como os mecanismos de governança colaborativa adotados pelo Programa Mãos pela Água favorecem a segurança hídrica, a educação e o desenvolvimento territorial sustentável no município de Barretos (SP).

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1. Governança colaborativa e cooperação interorganizacional

Ansell e Gash (2008), desenvolveram um modelo de governança colaborativa a partir de uma análise de 137 casos em diferentes setores em políticas públicas. O modelo identificou como elementos relevantes para a colaboração os seguintes pontos: as condições iniciais, o desenho institucional, a liderança facilitadora, o diálogo entre os envolvidos, a construção de confiança e os resultados intermediários.

A governança hídrica é diferente de gestão da água. A primeira define prioridades, identifica oportunidades e desafios e compartilha as responsabilidades no processo de gestão da água. A segunda refere-se à gestão operacional da água com ações práticas tais como o abastecimento, o tratamento residual e a reciclagem (Di Vaio et al., 2021).

Assim, com os avanços, a consolidação da governança colaborativa depende da continuidade do engajamento institucional, da definição de rotinas e ferramentas de coordenação e acompanhamento, da atualização dos indicadores, além da atuação de lideranças individuais (Ansell; Gash, 2008; Emerson; Nabatchi; Balogh, 2012; Ambrose; Siddiki, 2024; Lee, 2022; Wegner et al., 2025).

De qualquer forma, a união de esforços entre os envolvidos com objetivos claros leva aos resultados pretendidos. Em consonância, a existência de projetos e metas não assegura, isoladamente, a sua execução, tornando-se necessário distinguir os resultados alcançados de ações em andamento e das propostas ainda não implementadas (Koebele, 2015; Wegner et al., 2025).

2.2. Segurança hídrica e ação coletiva

A segurança hídrica e a ação coletiva configuram-se como elementos centrais para a construção de sistemas de gestão da água mais resilientes, especialmente diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, pelo crescimento populacional e pelo aumento da demanda por recursos hídricos. A literatura demonstra que a segurança hídrica não depende exclusivamente da disponibilidade física de água, mas também da capacidade institucional, da governança participativa e da cooperação entre diferentes atores sociais. Nesse contexto, a ação coletiva fortalece mecanismos de coordenação, compartilhamento de responsabilidades e tomada de decisões conjuntas, contribuindo para a conservação dos recursos hídricos, a redução de conflitos e a promoção do uso sustentável da água.

Bilalova, Newig e Villamayor-Tomas (2025) analisaram 223 casos extraídos de 165 estudos, onde foi demonstrado a diversidade de modelos, as práticas e os contextos associados à governança sustentável da água com fator crítico de sucesso. A atuação é imprescindível para o avanço na temática.

Outros estudos recentes evidenciam que iniciativas baseadas na ação coletiva

apresentam maior potencial para alcançar resultados duradouros na gestão dos recursos hídricos quando envolvem a participação ativa de usuários, comunidades, organizações da sociedade civil e instituições públicas. A construção de redes colaborativas favorece o desenvolvimento de soluções adaptativas, amplia a legitimidade das decisões e fortalece a capacidade de resposta frente a eventos extremos, como secas e enchentes. Dessa forma, a integração entre segurança hídrica e ação coletiva representa um caminho essencial para promover a sustentabilidade ambiental, a equidade no acesso à água e a resiliência socioecológica das bacias hidrográficas, reforçando a necessidade de políticas públicas que incentivem processos participativos e a governança compartilhada.

2.3. Desenvolvimento territorial e sustentabilidade

O Projeto Mãos pela Água transcende a execução de iniciativas ambientais pontuais ao consolidar um modelo de governança territorial baseado na cooperação entre o poder público, o setor produtivo, as instituições de ensino, as organizações da sociedade civil e as comunidades locais. Essa articulação favorece a construção de soluções compartilhadas para os desafios relacionados à conservação dos recursos hídricos, promovendo o alinhamento de interesses e o fortalecimento das capacidades institucionais. Neste espectro, o projeto contribui para transformar demandas ambientais em oportunidades de desenvolvimento territorial, estimulando a corresponsabilidade dos diferentes atores na gestão sustentável da água.

Sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, o Mãos pela Água evidencia que a sustentabilidade está diretamente associada à valorização das características ambientais, econômicas e sociais de cada território. A recuperação de nascentes, a proteção de áreas de recarga hídrica, a promoção da educação ambiental e o incentivo às práticas produtivas sustentáveis geram benefícios que extrapolam a dimensão ecológica, refletindo positivamente na qualidade de vida da população, na segurança hídrica, na competitividade das atividades econômicas e na resiliência das comunidades frente às mudanças climáticas. O projeto fortalece o capital social local e amplia a capacidade de cooperação entre os diversos segmentos da sociedade.

Além dos impactos ambientais, o Projeto Mãos pela Água constitui um importante instrumento de promoção da sustentabilidade territorial ao incentivar processos permanentes de participação, inovação e aprendizagem coletiva. A integração entre conhecimento técnico, saberes locais e mecanismos de governança colaborativa cria condições favoráveis para a implementação de políticas públicas mais efetivas e para a consolidação de uma cultura de gestão compartilhada dos recursos naturais. Assim, o projeto demonstra que o desenvolvimento territorial sustentável depende da construção de parcerias duradouras, da mobilização social e da capacidade de transformar desafios ambientais em oportunidades de desenvolvimento econômico, inclusão social e conservação dos ecossistemas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo e natureza aplicada, com o desenvolvimento por meio de estudo de caso. A abordagem qualitativa mostrou-se adequada por possibilitar a compreensão do processo de formação e funcionamento da governança do Programa Mãos pela Água, considerando os atores participantes, as relações institucionais, os mecanismos de planejamento e os resultados registrados no período analisado. A classificação da pesquisa fundamenta-se em Gil (2002), visto que o estudo busca ampliar a

ANAIS

compreensão sobre uma experiência ainda pouco sistematizada e, simultaneamente, caracterizar seus atores, relações institucionais, mecanismos de planejamento e resultados atingidos e que serão alcançados.

QUADRO 1: Síntese dos procedimentos metodológicos da pesquisa

Elemento metodológico	Caracterização adotada	Aplicação na pesquisa
Abordagem	Qualitativa	A abordagem qualitativa foi utilizada para compreender como ocorre a governança colaborativa no Projeto Mãos pela Água, identificando as relações entre entidades públicas, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil, produtores rurais e demais participantes envolvidos na proteção dos recursos hídricos na cidade de Barretos (SP).
Natureza	Aplicada	Os resultados buscaram subsidiar o aperfeiçoamento das estratégias de gestão do Projeto Mãos pela Água, oferecendo recomendações que possam fortalecer a coordenação institucional, a ação coletiva e a sustentabilidade das iniciativas desenvolvidas na bacia hidrográfica estudada.
Objetivos	Descritiva e exploratória	O estudo buscará descrever a estrutura de governança do Projeto Mãos pela Água, identificar os atores participantes, compreender seus papéis, analisar os mecanismos de cooperação e avaliar como essas relações contribuem para a segurança hídrica e o desenvolvimento territorial sustentável.
Estratégia de pesquisa	Estudo de caso	O Projeto Mãos pela Água constitui o caso investigado. A pesquisa buscou compreender sua estrutura organizacional, os processos decisórios, os instrumentos de governança, as ações implementadas e os resultados alcançados e que poderão ser atingidos na conservação dos recursos hídricos na cidade de Barretos (SP).
Unidade de Análise	Governança do Projeto Mãos pela Água	A unidade de análise foi a governança colaborativa do Projeto Mãos pela Água, contemplando as entidades públicas, as instituições de pesquisa, as organizações da sociedade civil, os produtores rurais e os demais participantes das ações.
Período Temporal	Julho/2025 a Junho/2026	As entrevistas e as ações de percepção foram realizadas durante o período de julho/2025 a junho/2026, considerando os documentos institucionais produzidos desde a implantação do Projeto Mãos pela Água até a data da investigação, complementados pelas informações obtidas junto aos participantes no período de realização do estudo.
Técnicas de Coleta	Entrevistas e percepção	Foram empregadas entrevistas semiestruturadas, ações de percepção e a análise de documentos (atas, relatórios, planos de ação, documentos institucionais e materiais de divulgação).

Fonte: Elaborado pelos autores

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Formação e estruturação do arranjo de governança

A formação da governança se deu em virtude de uma demanda latente por água no município de Barretos. A água caracteriza um recurso muito precioso para as pessoas e sua falta pode levar a problemas muito sérios. Dentre os principais problemas que foram identificados para a criação e resolução foram: a) Assoreamento e a degradação dos cursos d'água; b) Nascentes e áreas de preservação fragilizadas; c) Alto consumo por habitante e baixa prevenção com consumo médio de 210 litros por indivíduo.

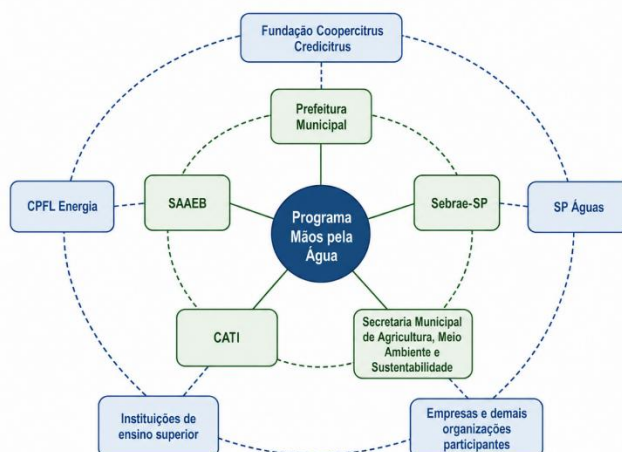
Os resultados indicam que o Programa Mãos pela Água foi estruturado como um arranjo

ANAIS

de governança multissetorial, reunindo organizações públicas, entidades de apoio ao desenvolvimento, instituições técnicas, organizações do setor produtivo e, posteriormente, instituições de ensino.

A participação dos atores no núcleo do arranjo como Prefeitura Municipal de Barretos, SAAEB – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barretos, SEBRAE-SP, CATI – Coordenadoria de Assistência Integral, Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade que compõem a governança e apoiadores como Fundação CooperCitrus Credicitrus, CPFL Energia e SP Águas, representados pela Figura 1, permitiu integrar diferentes competências, recursos e responsabilidades em torno da segurança hídrica do município de Barretos. A entrada de novos parceiros, como a participação das universidades, ampliou a governança colaborativa com parceiros estratégicos e ações que impactam na causa em prol da garantia de disponibilidade e qualidade da água. O programa Mãos pela Água consolida-se como um modelo de gestão sustentável e integrada dos recursos hídricos.

FIGURA 1. Arranjo de governança colaborativa do Programa Mãos pela Água.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Squizato (2026) e documentos institucionais do programa Mãos pela Água

A representação do núcleo de atores do programa não expressa relação hierárquica ou de subordinação entre as instituições. Os níveis foram utilizados para diferenciar, de forma analítica, as organizações diretamente envolvidas na estruturação e coordenação do programa daquelas que passaram a contribuir como apoiadoras, parceiras técnicas ou participantes da rede ampliada. A configuração evidencia que a capacidade de atuação do programa não está concentrada em uma única organização, mas resulta da articulação de competências complementares entre poder público, entidade de saneamento, instituição de apoio aos pequenos negócios, órgão de assistência técnica, setor produtivo e instituições de ensino. A configuração assemelha-se à noção de capacidade para ação conjunta de Emerson, Nabatchi e Balogh (2012), segundo a qual a colaboração depende de conhecimento, combinação de recursos, liderança e arranjos institucionais. Em consonância, Wegner et al. (2025), ao evidencia que as ações são voltadas à mobilização, à integração, à organização e ao alinhamento entre atores de redes colaborativas voltadas à proteção da água.

4.2. Planejamento e divisão de responsabilidades

A organização do programa configura-se em oito eixos de atuação, acompanhados por projetos, lideranças, parceiros estratégicos e indicadores, demonstrando uma transição de ações inicialmente dispersas para uma estrutura mais coordenada de planejamento e acompanhamento. As ações do programa ampliam a resiliência hídrica a longo prazo, pois envolve a prevenção, adaptação e capacidade de enfrentar secas, crises e mudanças climáticas.

Esse resultado se aproxima da concepção de governança colaborativa apresentada por Ansell e Gash (2008), segundo a qual, problemas públicos complexos exigem a participação conjunta de atores governamentais e não governamentais em processos de decisão e execução. O citação dialoga com Emerson, Nabatchi e Balogh (2012), para quem a colaboração depende da combinação entre engajamento dos participantes, motivação compartilhada e capacidade para ação conjunta. No caso analisado, essa capacidade se manifesta na divisão de responsabilidades, na mobilização de competências complementares e na articulação de projetos vinculados a diferentes dimensões da segurança hídrica.

4.3. Capacidade de ação conjunta e resultados registrados

Apesar dos avanços identificados, a consolidação da governança depende da permanência do engajamento dos participantes e da criação de condições institucionais capazes de sustentar a colaboração ao longo do tempo (Ambrose; Siddiki, 2024). A liderança facilitadora precisa estar apoiada em regras, responsabilidades e mecanismos de coordenação, de forma que a continuidade do arranjo não dependa exclusivamente da atuação de lideranças individuais (Ansell; Gash, 2008; Emerson; Nabatchi; Balogh, 2012). Em redes colaborativas voltadas à proteção dos recursos hídricos, funções de alinhamento, mobilização, integração, organização e monitoramento são necessárias para manter o ambiente colaborativo e acompanhar a execução das ações (Wegner et al., 2025).

A atualização de indicadores e a definição de rotinas de acompanhamento e prestação de contas também contribuem para fortalecer a responsabilização entre os participantes (Lee, 2022). Assim, a existência de projetos e metas não comprova, isoladamente, sua implementação, sendo necessário distinguir os produtos da governança, as ações em andamento e os resultados efetivamente alcançados (Koebele, 2015).

No Programa Mãos pela Água, é claro que a articulação não se limitou à constituição formal da governança, mas esteve associada à execução de ações relacionadas à recuperação ambiental, ao manejo de corpos hídricos e à regularização das propriedades rurais. A Tabela 1 sistematiza os principais resultados quantitativos identificados nos documentos analisados, distinguindo resultados ambientais, produtivos e institucionais.

TABELA 1. Principais resultados registrados pelo Programa Mãos pela Água

Dimensão	Indicador	Resultado registrado	Classificação da evidência
Recuperação de nascentes	Nascentes identificadas na Bacia do Ribeirão das Pitangueiras	52	Diagnóstico realizado
Recuperação de nascentes	Nascentes recuperadas	15	Ação executada
Manejo de corpos hídricos	Extensão desassoreada no Ribeirão das Pitangueiras e Lago Flórida	Mais de 4 km	Ação executada
Regularização ambiental rural	Propriedades situadas às margens do rio mapeadas	200	Diagnóstico realizado
Regularização ambiental rural	Propriedades priorizadas para análise do CAR	24	Ação priorizada

ANAIS

Dimensão	Indicador	Resultado registrado	Classificação da evidência
Regularização ambiental rural	Propriedades com CAR realizado ou atualizado	8	Ação executada
Planejamento da governança	Eixos de atuação estruturados	8	Produto da governança
Negócios sustentáveis	Fórum Empresarial ESG realizado	1	Ação executada

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos documentos analisados.

Evidencia-se diferentes níveis de realização, pois o mapeamento de nascentes e propriedades corresponde à produção de diagnósticos que orientaram a definição das prioridades, enquanto a recuperação de nascentes, o desassoreamento e a atualização do CAR - Cadastro Ambiental Rural representam as ações efetivamente executadas.

Assim, a estruturação de oito eixos, constitui-se um produto institucional da governança, pois organiza os problemas identificados em frentes de atuação, indicadores, projetos, lideranças e parceiros, com foco na solução efetiva e mensuração dos avanços.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo demonstra a contribuição, mobilização e a capacidade de execução e um programa de gestão colaborativa, a partir de uma governança bem desenvolvida e pronta para continuar entregando resultados e valor. O alto nível de engajamento de indivíduos e entidades é notório. As ações desenvolvidas pelo programa e os resultados indicam que a articulação institucional contribuiu para o fortalecimento da governança da água e para a ampliação da capacidade de proteger os recursos hídricos, tanto na área urbano quanto na rural. É essencial que o projeto continue ocorrendo com encontros e ações que apresentem os resultados construídos para a sociedade.

Os impactos ambientais são claros até o momento, e os econômicos e sociais deverão ser medidos no médio e longo prazo. É crucial que possamos transformar a água em responsabilidade compartilhada e permanente de toda a sociedade barretense.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBROSE, Graham; SIDDIKI, Saba. Assessing drivers of sustained engagement in collaborative governance arrangements. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 34, n. 4, p. 498–514, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1093/jopart/muae005>.

ANSELL, Chris; GASH, Alison. Collaborative governance in theory and practice. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 18, n. 4, p. 543–571, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1093/jopart/mum032>.

ARMITAGE, Derek R. et al. **Adaptive co-management for social-ecological complexity**. **Frontiers in Ecology and the Environment**, v. 7, n. 2, p. 95–102, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1890/070089>.

BARRETOS. Prefeitura Municipal. Após 11 anos, Barretos não registra falta d'água nem decreto de racionamento. Barretos: Prefeitura Municipal, 2025. Disponível em: <https://barretos.sp.gov.br/noticia/17002/apos-11-anos-barretos-nao-registra-falta-dagua-nem-decreto-de-acionamento>. Acesso em: 17 jul. 2026.

BARRETOS. **Lei nº 7.161, de 23 de junho de 2025**. Aprova e institui o Plano de Controle de Perdas Operacionais e suas Atualizações no Abastecimento de Água da Estância Turística de Barretos e dá

outras providências. Barretos: Prefeitura Municipal, 2025. Disponível em: [link do site]. Acesso em: 17 jul. 2026.

BARRETOS/SSRH-CSAN. **Plano Municipal Específico dos Serviços de Saneamento Básico: Água, Esgoto e Drenagem Urbana**. Barretos: Prefeitura Municipal de Barretos; Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo; SAAEB, 2018. Disponível em: Plano Municipal Específico dos Serviços de Saneamento Básico (PDF). Acesso em: 17 jul. 2026.

BARRETOS. **Programa Mãos pela Água amplia governança e recebe adesão de instituições de ensino superior**. Barretos: Prefeitura do Município de Barretos, 2026. Disponível em: <https://barretos.sp.gov.br/noticia/17992/programa-maos-pela-agua-amplia-governanca-e-recebe-adesao-de-instituicoes-de-ensino-superior>. Acesso em: 16 jul. 2026.

BILALOVA, Shahana; NEWIG, Jens; VILLAMAYOR-TOMAS, Sergio. Toward sustainable water governance? Taking stock of paradigms, practices, and sustainability outcomes. **WIREs Water**, v. 12, n. 1, e1762, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1002/wat2.1762>.

BODIN, Örjan; CHEN, Haibin. A network perspective of human–nature interactions in dynamic and fast-changing landscapes. **National Science Review**, v. 10, n. 7, nwad019, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1093/nsr/nwad019>.

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **ODS 6 no Brasil: visão da ANA sobre os indicadores**. Brasília, DF: ANA, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/ods6>. Acesso em: 16 jul. 2026.

CASADEI, Maria Teresa de Mendonça; CASADEI, Juliana de Mendonça. Ruta de las Aguas: desafíos de la gestión de los recursos hídricos en un escenario transfronterizo de la Ruta de la Integración Latinoamericana. **Interações**, v. 25, n. 1, e2514301, 2024. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v25i1.4301>.

DI VAIO, Assunta; TRUJILLO, Lourdes; D'AMORE, Gabriella; PALLADINO, Rosa. **Water governance models for meeting Sustainable Development Goals: a structured literature review**. *Utilities Policy*, v. 72, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jup.2021.101255>.

DIAS, Eric Mateus Soares; PESSOA, Zoraide Souza; TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes. Governança adaptativa e segurança hídrica em contexto de mudanças climáticas no semiárido. **Mercator**, v. 21, e21025, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2022.e21025>.

DYER, Jeffrey H.; SINGH, Harbir. The relational view: cooperative strategy and sources of interorganizational competitive advantage. **Academy of Management Review**, v. 23, n. 4, p. 660–679, 1998. DOI: <https://doi.org/10.5465/amr.1998.1255632>.

EMERSON, Kirk; NABATCHI, Tina; BALOGH, Stephen. An integrative framework for collaborative governance. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 22, n. 1, p. 1–29, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1093/jopart/mur011>.

EMPINOTTI, Vanessa Lucena; BUDDS, Jessica; AVERSA, Marcelo. Governance and water security: the role of the water institutional framework in the 2013–15 water crisis in São Paulo, Brazil. **Geoforum**, v. 98, p. 46–54, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.09.022>.

FERREIRA, Matheus Vinícius; MACEDO, Diego Rodrigues; MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Pereira. Divergent frameworks, shared challenges: a comparative analysis of National and State Water Security Plans in Minas Gerais, Brazil. **RRH**, v. 30, e48, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-0331.302520250130>.

FOLKE, Carl; HAHN, Thomas; OLSSON, Per; NORBERG, Jon. Adaptive governance of social-ecological systems. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 30, p. 441–473, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.energy.30.050504.144511>.

FRANCO, Vânia dos Santos et al. Blueprint framework for Integrated Water Resources Management (IWRM): dashboard for the Tapajós River basin. *RBRH*, v. 30, e27, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-0331.302520240067>.

G1 RIBEIRÃO E FRANCA. **Às vésperas da Festa do Peão, Barretos, SP, enfrenta crise hídrica e prefeitura decreta emergência**. G1, 12 ago. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2024/08/12/as-vesperas-da-festa-do-peao-barretos-sp-enfrenta-crise-hidrica-e-prefeitura-decreta-emergencia.ghtml>. Acesso em: 17 jul. 2026.

JULIO, Natalia; FIGUEROA, Ricardo; PONCE OLIVA, Roberto D. Advancing toward water security: addressing governance failures through a metagovernance of modes approach. *Sustainability Science*, v. 17, n. 5, p. 1911–1920, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11625-022-01125-y>.

JULIO, Natalia; FIGUEROA, Ricardo; PONCE OLIVA, Roberto D. Water resources and governance approaches: insights for achieving water security. *Water*, v. 13, n. 21, 3063, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/w13213063>.

KOEBELE, Elizabeth A. Assessing outputs, outcomes, and barriers in collaborative water governance: a case study. *Journal of Contemporary Water Research & Education*, v. 155, n. 1, p. 63–72, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1936-704X.2015.03196.x>.

KOEBELE, Elizabeth A. et al. Beyond engagement: enhancing equity in collaborative water governance. *WIREs Water*, v. 11, n. 2, e1687, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1002/wat2.1687>.

LEE, Seulki. When tensions become opportunities: managing accountability demands in collaborative governance. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 32, n. 4, p. 641–655, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1093/jopart/muab051>.

MATTHEWS, Nathaniel et al. Elevating the role of water resilience in food system dialogues. *Water Security*, v. 17, 100126, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wasec.2022.100126>.

OSTROM, Elinor. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. *Science*, v. 325, n. 5939, p. 419–422, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.1172133>.

PAHL-WOSTL, Claudia. A conceptual framework for analysing adaptive capacity and multi-level learning processes in resource governance regimes. *Global Environmental Change*, v. 19, n. 3, p. 354–365, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2009.06.001>.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 24, n. 1-2, p. 10–22, 2005. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2005.v24.243>.

SEIFERTH, Carolin; TENGÖ, Maria; ANDERSSON, Erik. Designing for collective action: a knowledge co-production process to address water governance challenges on the island of Öland, Sweden. *Sustainability Science*, v. 19, p. 1623–1640, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11625-024-01531-4>.

SAAEB - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BARRETOS. **Portaria nº 6.087, de 2024. Dispõe sobre medidas emergenciais e histórico de decretos de calamidade por estiagem**. Barretos: SAAEB, 2024. Disponível em: <https://saaeb.com.br/wp-content/uploads/2024/06/PORTARIA-No-6.087-DE-2024.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2026.

SAAEB - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BARRETOS. **Portaria nº 6.064, de 16 de julho de 2024**. Regulamenta a operação do sistema sob efeitos de mudanças climáticas e estiagem extrema. Barretos: SAAEB, 2024. Disponível em: <https://saaeb.com.br/wp-content/uploads/2024/06/PORTARIA-No-6.064-DE-2024.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2026.

SAAEB - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BARRETOS. *Lançamento do Programa Mãos pela Água apresenta diagnóstico do SAAE Barretos e estratégias de preservação do recurso hídrico*. Barretos, 24 fev. 2025. Disponível em: <https://saaeb.com.br/noticias/lançamento-do>.

ANAIS

programa-maos-pela-agua-apresenta-diagnostico-do-saae-barretos-e-estrategias-de-preservacao-do-recurso-hidrico/. Acesso em: 16 jul. 2026.

SQUIZATO, Mariele. *Mãos pela Água: governança hídrica e desenvolvimento territorial sustentável*. Barretos: Sebrae-SP, 2026. 27 slides. Apresentação técnica.

VENTURA, Katia Sakihama et al. Water governance using a climate-based water stress index: a case study of the Campinas Metropolitan Region, Brazil. **RBRH**, v. 31, e13, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-0331.312620250160>.

WEGNER, Douglas et al. The micro-governance of collaborative networks for water protection: a configurational analysis. **Administration & Society**, v. 57, n. 1, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/00953997241284552>.